

# A opinião do jurista sobre a ação na área social

O jurista Miguel Reale Jr (foto), membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, considerou válidas as críticas feitas por editorial de O Estado de São Paulo de domingo às atribuições dadas ao Estado na área social, em projeto examinado pela Comissão. Reale, que teve a iniciativa de citar o editorial durante entrevista à imprensa ontem, no Rio, quando a

Comissão se reuniu, disse que as incumbências que o projeto da ordem social dá ao Estado "são exageradas". Ele destacou que a intenção da proposta examinada pela Comissão e que foi objeto das críticas — "o que é positivo, dentro do debate aberto que deve haver sobre os estudos da Comissão" — é "viabilizar o atendimento à classes menos favorecidas".

O jurista, recordando "a máquina emperrada do Estado", disse que esse atendimento pode ser proporcionado pela participação da comunidade, inclusive associações privadas. E acrescentou que o importante é viabilizar o atendimento "sem exageros em termos de definição das incumbências estatais". Reale admitiu também a necessidade de se limitar a participação do

Estado na economia, ainda que "a sua participação em escala democrática na economia seja normal". Ainda ontem a Comissão aprovou proposta do jurista Saulo Ramos de unificação das polícias Civil e Militar, sob o mesmo comando nos Estados.

